



REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS E VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DA ASIMUSEP

Carlos Eduardo Bezerra¹

RESUMO

Nos últimos anos, um dos temas mais recorrentes nas pesquisas em ciências sociais, no Brasil, está relacionado com o papel da mulher dentro das instituições de segurança pública. São inúmeros trabalhos que buscam investigar, questionar, esclarecer e apontar o itinerário da mulher dentro da segurança pública. Este trabalho tem como escopo analisar as ações de uma Associação de mulheres da segurança pública em Sergipe na reivindicação pela implementação de pautas para o exercício profissional dessas mulheres nas diversas instituições das quais elas são oriundas. A Associação Integrada de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe (**ASIMUSEP**), por meio de seminários, encontros entre suas associadas e além das demandas que chegam até sua diretoria tem como finalidade defender e representar as suas associadas frente às suas instituições. Neste sentido, discorreremos nesse trabalho como as ações da ASIMUSEP no cenário da Segurança Pública em Sergipe para a efetivação dos direitos das diversas profissionais que formam a Segurança Pública em Sergipe se insere numa perspectiva de “teias de significados” na concepção de Geertz. Além de abordarmos a concepção de representações identitárias das diversas profissionais da segurança pública via atuação da associação.

Palavras-chave: ASIMUSEP. Segurança Pública. Teia de Significado.

¹ Bacharel em direito. Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: carloseb68@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma das questões recorrentes dentro da segurança pública está relacionada com a representatividade dos profissionais desta área frente ao cerceamento de direitos na esfera do seu exercício profissional.

No que diz respeito aos servidores militares (União, Estados, Distrito Federal e Territórios) há vedação constitucional a sindicalização de militares. Conforme a Carta Magna brasileira: “ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;”. (**Constituição Federal do Brasil**, 1988).

A solução encontrada por parcela dos militares a fim de que seus pleitos possam ser apresentados foi a criação de associações, já que não existe vedação constitucional para que o militar seja vinculado a uma associação. O Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02) define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. (**Código Civil Brasileiro**, 2002). E a Constituição Federal garante o direito à livre associação, sendo assim a saída para digamos “escapar” da vedação de sindicalização foram as criações de diversas associações ao longo do Brasil

Dentro do cenário da segurança pública em Sergipe, uma destas associações chama atenção por um aspecto bem peculiar a de ser formada exclusivamente por mulheres: Associação Integrada de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe (ASIMUSEP), a **ASIMUSEP** foi criada no dia 04/09/2010, ela aglutina servidoras da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Guardas Municipais além de Agentes Prisionais.

De acordo com seu Estatuto ela possui como finalidades: “articular, aglutinar e organizar sem qualquer forma de discriminação o maior número possível de associadas, pessoas do sexo feminino que trabalhe no segmento da Segurança Pública, seja nos municípios ou estado de Sergipe, sem distinção de nacionalidade, religião, credo, cor ou raça (...). Atender aos interesses da coletividade associada (...). Representar e defender coletivamente os interesses da classe de suas associadas no todo ou em parte (...). Combater a todas as formas de discriminação e violação de direitos, racial, de gênero, orientação sexual, política e religiosa (...).” Uma das questões que se mostra central para a associação é a da discriminação do trabalho

feminino dentro do aparato da Segurança Pública em Sergipe. (Estatuto --- ASIMUSEP. Aracaju: 04/09/2010).

Neste sentido, abordaremos neste trabalho algumas ações da ASIMUSEP no cenário da Segurança Pública em Sergipe para a efetivação dos direitos das diversas profissionais que formam a Segurança Pública em Sergipe numa perspectiva de “teias de significados” na concepção de Geertz. Além de abordarmos a visão de representações identitárias das diversas profissionais da segurança pública através da atuação da associação.

Gênero, Significações, Reivindicações e Representações Identitárias.

Nos últimos anos, um dos temas mais recorrentes nas pesquisas em ciências sociais, no Brasil, está relacionado com o papel da mulher dentro das instituições de segurança pública, tais trabalhos são cada vez mais constantes, principalmente nos diversos programas de pós-graduações país afora. São diversos trabalhos que tem como objetivos: investigar, questionar, esclarecer e apontar o itinerário da mulher dentro da segurança pública. Pesquisas nesse viés (**BRAGA**, 2012; **NASCIMENTO**, 2013; **SANTOS**, 2014; **TOBIAS**, 2014; **SOUZA**, 2014)², têm em comum o fato de jogar luz sobre a presença feminina nos diversos campos da segurança pública, bem como as consequências da inserção das mulheres num campo que em grande medida, foi visto como sendo exclusivo do homem.

Em muitos dos trabalhos que são produzidos sobre a mulher na segurança pública é recorrente a utilização da categoria gênero, tal denominação sendo pensada e repensada ao longo de amplos debates teóricos, os quais envolveram diversos campos do conhecimento (**SCOTT**, 1990, **STRATTHERN**, 1988, **BUTLER**, 1990).

A concepção de gênero alude à referência social do sujeito masculino ou feminino. Desse modo, (**SCOTT**, 1990), estabelece sua discussão para o termo “gênero” por diversos pontos de vista relacionados às correntes teóricas, além de ressaltar a sua relevância para produção de pesquisas históricas que associem a categoria “gênero”, através da explicação para a situação de subordinação da mulher

² Tais trabalhos são principalmente oriundos dos programas de pós-graduações de diversas universidades do Brasil. O link de cada um está nas referências do artigo.

e a dominação dos homens. A autora analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder, “[...] ao mesmo tempo [que o termo “gênero” representa] categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas.” (SCOTT, 1990).

Já na visão de Judith Butler gênero é a maneira como as noções de masculino e feminino são criadas e naturalizadas pelos indivíduos, mas ela vai além segundo a autora tal construção pode ser também reconstruída e conseqüentemente desnaturalizada (BUTLER,2014). Para ela o gênero é aquilo que constrói regularidades, é isso ocorre através de normas, que por sua vez criam uma maneira na qual ações repetidas cotidianamente originam normatividades em relação ao que deve ser masculino e feminino. A partir do surgimento de outros atores no debate sobre gênero (principalmente a partir dos estudos Queer) a questão não se circunscreve a uma oposição de masculino/ feminino como alguns estudos sugeriam, advoga Judith Butler.

Em consonância com o debate em torno da questão de gênero Guacira Lopes Louro aduz:

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (Louro:2000, p.7).

Segundo a autora as maneiras de se viver o fazer homem, mulher, são processos que cotidianamente estão se fazendo e refazendo, mas também a própria sexualidade é dessa maneira e, portanto, há a busca pela regulação social, jurídica e biológica dos indivíduos e conseqüentemente da sua sexualidade. Negando algumas ou reafirmando outras, seja de maneira velada ou taxativa, na normatização inclusive dos corpos e das ações dos indivíduos.

Nas entrevistas realizadas com as nossas interlocutoras algo que é recorrente junto a elas é o espectro sobre a questão gênero no seu cotidiano trabalhista, citado frequentemente por várias delas:

...os policiais masculinos lidam com a presença da mulher de uma maneira às vezes sutil, outras declaradamente negativas dentro da polícia, que é uma coisa que eu percebo...muitos dizem que você não dá conta, que você não vai fazer conseguir já que é mulher e é fraca...ou as pessoas te testam...então é assim, ou denigrem o seu trabalho, ou te sugam, querendo equiparar ao trabalho do homem, dizendo que é tudo polícia, que não tem sexo e nem serviço diferenciado. É para provar sempre que é competente, tem que matar um leão a cada dia (policia militar- informação verbal³)

A Associação Integrada de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe, promove eventos com a finalidade de suscitar o debate e a participação de suas associadas em torno de diversos temas: assédio no ambiente de trabalho, reivindicação de pautas como banheiros exclusivos para mulheres, vestiários e alojamentos, algo que não existe em todos os locais nos quais as associadas trabalham, mas também debates temas como saúde da mulher, licença maternidade, cuidados de beleza dentre outros. Entretanto é recorrente a preocupação com o combate ao preconceito no ambiente de trabalho.

Conforme Clifford Geertz a conceituação de cultura é semiótico, “acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como essas teias” (GEERTZ,1989). A análise dessas teias deve ser feita por uma ciência interpretativa que busca analiticamente os significados, e não por uma ciência experimental que busca leis. Clifford Geertz foca sua análise no comportamento humano e, conseguinte, na ação simbólica. Aproximando-se de uma visão weberiana, pois aquele está preocupado em apreender o *sentido* das ações sociais. Percebemos isto ao destacar os estudos feitos sobre a “noção de pessoa” em Java, Bali e Marrocos (GEERTZ,1997). Foi buscando compreender as representações que pessoas dessas sociedades faziam de si e do outro que o autor focaliza os significados simbólicos imprimidos na noção de “eu”. Nesse sentido as diversas ações realizadas pela ASIMUSEP deve ser lida com essa lente de teias de significados, que o próprio individuo constrói, pois na medida em que eles estão tecendo-as eles estão criando significados para suas próprias ações e conseqüentemente para eles mesmos. As ações das associadas da ASIMUSEP,

³ Entrevista concedida por uma das associadas.

buscam a efetivação de direitos das mulheres profissionais da segurança pública em Sergipe, além de criarem uma pauta de direitos dessas mulheres (tais como combate ao assédio sexual e moral no trabalho, horário diferenciado para mulheres com recém-nascidos e combate à discriminação de gênero no trabalho).

Numa entrevista com uma associada ela nos relatou: “mulher não é para trabalhar na polícia” (informação verbal⁴), foi algo que ela ouviu de seus pares e de seus familiares. Integrante da polícia militar desde 1996 nossa interlocutora nos disse que ao fazer parte da associação ela tinha como objetivo “quebrar” esse tipo de visão sobre o papel da mulher dentro da segurança pública. O que nos lembra a perspectiva de Victor Turner e o drama social, para Turner a noção de drama social é no sentido de comparar a estrutura temporal de certos tipos de processos sociais e os dos dramas dos palcos. Ao entrar na associação poderíamos pensar que nossa interlocutora procura reconfigurar o cotidiano e a partir disso recriar um universo social e porque não dizer simbólico do que seria o papel da mulher dentro da polícia. A partir desse evento podemos perceber a instauração de um drama social no qual ela se insere e procura criar e recriar a estrutura social da posição da mulher dentro da polícia. Dando uma nova roupagem para esse papel e em busca de visibilidade social para o grupo mulheres policiais.

Um aspecto importante sobre as representações identitárias da associação nos parece ir no sentido de uma profissional da segurança pública que seja mãe de família, portanto heterossexual e classe média. Em alguns eventos percebemos a preocupação com a questão da maquiagem, inclusive com profissionais para maquiá-las, há também uma preocupação em torno da mulher / mãe que tem que sair de casa para trabalhar, outra coisa recorrente é o uso da cor rosa em cartazes nos eventos, bem como na decoração deles. Como podemos notar em algumas imagens de fotos feitas em alguns eventos da associação:

⁴ Entrevista concedida por uma das associadas.



Foto do autor.



Foto do autor

⁵ Figura 1
⁶ Figura 2



Foto do autor



Foto do autor

⁸ Figura 4. Todas as fotos foram feitas nos eventos das associações, com a autorização da direção e pelo autor do trabalho. Percebe-se o uso da cor rosa em cartazes e na decoração de mesas e paredes.

A utilização da cor rosa tanto na decoração e nos cartazes nos indica que a associação atribui ao ser mulher uma vinculação a cor rosa, o que num certo sentido reforçar um estereotipo em torno da construção do que socialmente se espera da mulher, já que culturalmente se associou a cor rosa como sendo delicada, suave e amena, o que desemboca num reforço de um modelo de ser mulher e portanto do que tal construção sociocultural implica.

Na atual conjuntura da sociedade capitalista na qual há diversas formas de representações identitárias, a associação nos parece apontar que na segurança pública tal construção identitária não é tão diversa assim.

Na contemporaneidade, a questão da identidade não se mostra fixa, estática e sim heterogênea e múltipla. Tanto que se falamos em representações identitárias como nos relata Hall o sujeito possui múltiplas identidades: identidades disjuntas, não possuem rigidez, são voláteis.

O que vai interferir na representação identitária está relacionada com a própria vivência do sujeito no mundo, o que é rearranjado a partir dele e da interação com o mundo e em sociedade. Não há nessa concepção um caráter fixo e estanque de identidade, pois o que se tem são representações identitárias, que são (des)construídas tão qual o tapete de Penélope. O sujeito na modernidade tardia se mostra descentrado, logo articular uma (única) possibilidade identitária para um grupo de diversas profissões que englobam diferentes instituições nos parece contraditório com os objetivos defendidos pela associação.

Considerações Finais

Por hora apresentamos mais questionamentos que conclusões:

Bem uma das questões que nos parece ser visível tanto para associação quanto para associadas é a compreensão delas que através das reivindicações levadas para a associação é que há uma possibilidade de terem direitos efetivados; outro aspecto que fica também notório para as associadas é que há uma rejeição da presença feminina na segurança pública, por parte de seus pares (seja homem ou

mulher), e que tal fato é mais recorrente entre os homens; conforme relatos de algumas interlocutoras a própria instituição ao qual ela pertence não é preparada para o trabalho da mulher na segurança pública, tais fatos para algumas é visível em coisas corriqueiras, como a falta de um alojamento feminino e banheiro específico para as mulheres; há também uma questão mal resolvida quanto o que associação compreende a definição da profissional da segurança pública já que embora exista o discurso de heterogeneidade do Estatuto nos eventos da associação não se tem essa preocupação tão clara em reafirmar a diversidade que consta no citado documento.

Em suma, nos parece que o pontapé foi dado na busca da construção de algo que englobe as diversas profissionais da segurança pública em Sergipe, e que a jornada vai ser longa com percalços pelo caminho.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** (42), jan-jun, pp. 249-274, 2014
- CAVALCANTI, Maria L.V.C. **Drama Social: notas sobre um tema de Victor Turner**. Cadernos de Campo, São Paulo, n.16.2007
- GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ. Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 07-34.
- STRATHERN, Marilyn. **O gênero da Dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 1990. Disponível em : < <http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em 05 de nov 2017.
- BRASIL. **Código Civil**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- RODRIGUES, Patrícia dos Santos. **Eu não Trabalho com PFEM – questões institucionais de gênero na PMSE**. TCC UFS/ CESAD, 2014.

BRAGA, Élida Damasceno. **Trajetórias identitárias e trabalho feminino nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe**. NPPCS/ UFS, 2012.

Disponível em:<

https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/519/1/ELIDA_DAMASCENO_BRAGA.pdf>

Acesso em 04 de out. 2017.

NASCIMENTO, Iris Oliveira do. **Competências de soldado: relações de gênero na formação profissional da polícia militar**. PPGE/ UFPB, 2013. Disponível em:

<<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4714/1/ArquivoTotal.pdf>.> Acesso em 03 de out. 2017.

SOUZA, Marcos Santana de. **Sou policial, mas sou mulher: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo**. IFCH / UNICAMP, 2014.

Disponível em:

< <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000932869> > Acesso em 01 de out. 2016

TOBIAS, Amanda Freitas dos Santos. **A (Trans)formação de Oficiais da Polícia Militar de Sergipe**. NPGED/UFS, 2014. Disponível em:

<[https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1621/1/AMANDA_FREITAS_SANTOS_TOBIAS.p](https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1621/1/AMANDA_FREITAS_SANTOS_TOBIAS.pdf)
df. > Acesso em 04 de out. 2017.